

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM ESTADUAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO TOCANTINS – FEMC/TO.

1 Às oito horas e quarenta minutos do dia trinta de setembro de dois mil e quinze,
2 na sala de reunião da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos
3 Hídricos – SEMARH, Esplanada das Secretarias – Praça dos Girassóis em
4 Palmas – Tocantins reuniu-se ordinariamente, os membros do Fórum Estadual
5 de Mudanças Climáticas do Tocantins - FEMC/TO. A **Presidente Luzimeire**
6 **Carreira** fez a primeira chamada de quorum com dez presentes e informou que
7 serão aguardados dez minutos para o início da reunião com a quantidade que
8 estiver. Passados os dez minutos a Presidente declarou aberta a 8ª Reunião
9 Ordinária do FEMC/TO e fez a leitura da pauta: i) Posse de membros biênio
10 set/2015 a set/2017 e eleição do Vice-Presidente; ii) Leitura, discussão e
11 votação da Ata da 7ª Reunião Ordinária; iii) Realização de oficinas regionais
12 para elaboração da proposta do Anexo do Estado do Tocantins ao Under 2
13 MOU a ser apresentado na Conferência das Partes - COP 21. Iv) Informes da
14 Secretaria Executiva. Em seguida deu boas vindas aos membros e agradeceu
15 a presença, salientou a importância do Fórum como instância de diálogo entre
16 os diversos setores do governo, sociedade civil e ONG sobre mudanças
17 climáticas. Ressaltou que o debate será importante em virtude da COP 21. Em
18 seguida abriu a palavra livre. A **conselheira Roberta (SEPLAN)** convidou os
19 presentes para uma apresentação sobre a Geodiversidade do Tocantins,
20 produzida pelo CPRN, a realizar-se dia 02/10/15, na Seplan, às 9 horas. A
21 **Presidente** deu continuidade e fez a leitura da Portaria Semarh nº 72/2015, de
22 01 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4453, de
23 09/11/15 e declarou empossados os membros do Fórum Estadual de
24 Mudanças Climáticas no biênio set/2015 a set/2017. Em seguida informou da
25 necessidade de eleger um vice-presidente e solicitou manifestação dos
26 interessados à vice-presidência do FEMC. A **conselheira Chryst (FACTO)**
27 candidatou-se ao cargo. Não havendo outro candidato e não havendo objeção
28 a proposta foi aceita. A **Presidente** deu continuidade fazendo a leitura da Ata
29 da 7ª Reunião Ordinária do FEMC. Em seguida colocou em votação. Foi
30 sugerido alterar o nome da Semarh para Semades, pois era o nome da
31 Secretaria na data da reunião. Após a alteração a ata foi aprovada. E dando
32 prosseguimento a **Presidente** convidou o técnico da Semarh Francis para
33 apresentação do próximo item da pauta: realização de oficinas regionais para
34 elaboração da proposta do Anexo do Estado do Tocantins ao Under 2 MOU a
35 ser apresentado na Conferência das Partes - COP 21. O Gerente de Recursos
36 Energéticos e Mudanças Climáticas da Semarh **Francis Frigeri** cumprimentou
37 a todos e fez uma explanação rápida sobre a Política de Mudanças Climáticas,
38 PSA, GCF, COP 21, Under 2 MOU e como os membros do Fórum poderão
39 ajudar na construção do Memorando de Entendimento (MOU). Esclareceu que
40 o primeiro passo para a elaboração de uma Política Estadual de REDD+ e é
41 estabelecer os mecanismos jurisdicionais para pagamentos por serviços
42 ambientais no Estado do Tocantins; além de valorar os ativos ambientais e
43 determinar mecanismos para conversão dos serviços ambientais prestados em
44 valor econômico. Prosseguiu informando que o GCF é uma força tarefa de
45 governadores para o clima e floresta, que nasceu em 2008, na Califórnia, com
46 o objetivo de reunir estados e províncias em prol do clima e das florestas,
47 atualmente tem membros em oito países e vinte e nove jurisdições, do qual o
48 Tocantins faz parte desde 2012. Ressaltou que os principais desafios do
49 GCF/Brasil hoje é a elaboração de uma Política Estadual de REDD+ e o
50 alinhamento com o Governo Federal, além do REDD voltado para o cerrado.
51 Ressaltou que o principal investidor do Fundo GCF é o governo da Noruega e

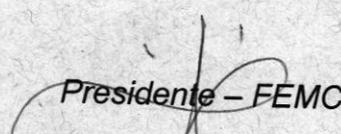
52 que o valor para 2015 foi de um milhão e meio de dólares, porém em reunião
53 em Barcelona o governo norueguês sinalizou a doação de vinte e cinco milhões
54 de dólares para o fundo GCF. Informou que o fundo é uma plataforma
55 colaborativa entre estados e que é gerido por todos esses estados. Informou
56 também que o fundo verde foi criado para que os países ou grandes empresas
57 com passivo ambiental possam investir para ajudar os países que mais podem
58 ser afetados pelas mudanças climáticas. **Márcio (SEFAZ)** perguntou quais os
59 estados do Brasil estão envolvidos e quanto de recurso o Tocantins recebeu e
60 como ocorre esse recebimento, para onde vai. O **Secretário Executivo**
61 **Francis** respondeu que são Amapá, Tocantins, Acre, Pará, Amazonas,
62 Rondônia e Mato Grosso e explicou que existe o grupo GCF enquanto empresa
63 e o Fundo GCF e que os dois trabalham em conjunto e que os recursos são
64 geridos pelo fundo e que não entra no caixa do governo. Ressaltou que os
65 Estados são quem definem como serão usados os recursos do fundo. A
66 **Presidente** complementou que o Fundo até junho de 2015 tinha um recurso
67 bem limitado e que a idéia inicial da plataforma era utilizar esse recurso de uma
68 forma a dar maior suporte aos Estados para se desenvolverem nessa agenda.
69 Informou que foi aberto edital, mas que o Tocantins não apresentou nenhuma
70 proposta e que se espera que os Estados possam ampliar sua atuação a partir
71 do próximo ano. O **Secretário Executivo** complementou que há uma parte do
72 recurso destinado aos Estados para que estes se capacitem sobre o REDD+.
73 Informou que foi realizada uma capacitação em Palmas sobre captação de
74 recursos, financiado pelo GCF. **Márcio (SEFAZ)** perguntou se veio algum
75 recurso para o Tocantins, qual valor, para onde veio, se a única fonte é a
76 Noruega e se o Estado pretende aportar recurso nesse fundo. A **Presidente**
77 respondeu que veio, mas não em forma de recurso repassado, a exemplo do
78 curso citado, ou seja, há uma demanda e o pagamento é feito diretamente pelo
79 IDESAM, que é o responsável pela coordenação e as aquisições dos recursos
80 do fundo, em seguida informou que Rubens (SEMARH) estava ontem em
81 reunião do GCF/Brasil, em Brasília para definir a forma que os Estados
82 poderão acessar os vinte e cinco milhões. **Rubens (COEMA)** informou que a
83 decisão foi que os estados poderão receber os recursos diretamente e cada
84 estado vai definir se vai ser via fundo ou outra forma. Disse também que as
85 entidades estaduais e esse fórum terão o poder de decisão para definir o perfil
86 das instituições que irão poder ter acesso. Salientou que tem recursos já pré-
87 definidos pelo governo da Noruega e o tipo de instituição acreditada pelo
88 Estado para poder participar e enviar projetos para acessar o recurso. Avisou
89 que tem também recurso jurisdicional, ou seja, tem que se preparar
90 institucionalmente e legalmente em termos de capacidade institucional para
91 desenvolver temas relacionados ao investimento, principalmente ligado ao
92 REDD+, tem recurso para comunidades indígenas, PP, ONG, ressaltou
93 novamente que estes são pré-requisitos que o governo da Noruega
94 estabeleceu para que os recursos possam atender todos os seguimentos, com
95 o objetivo de reduzir os desmatamentos no Bioma Amazônia. Observou que o
96 Tocantins levou para discussão a preocupação com relação ao Cerrado para
97 tentar trazer um benefício ou uma modelagem específica de REDD+ para o
98 Cerrado. Finalizou dizendo que o resultado dessa reunião será apresentado na
99 próxima reunião. **Cel. Leandro (Corpo de Bombeiro)** perguntou se todos os
100 Estados-membros são considerados ativos ambientais e os que não participam
101 são passivos, ou seja, são poluidores e trazem doações para os estados-
102 membros. A **Presidente** informou que a intenção da plataforma é ter uma força
103 tarefa entre quem têm ativos e estados fortes economicamente, para fortalecer
104 a agenda de mudanças climáticas. **Maurício (Naturatins)** perguntou qual é o

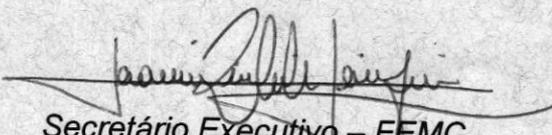
105 entendimento enquanto Estado sobre a política de REDD, visto que o
106 Tocantins é um grande produtor de grãos, com agricultura em expansão e
107 desmatamento acelerado, inclusive dentro de unidades de conservação,
108 ressaltou que é preciso alinhar as políticas de governo. O **Secretário**
109 **Executivo** ressaltou que é o setor agrícola que move a economia do Tocantins
110 e que o Meio Ambiente não tem pretensão de bater de frente e sim estreitar as
111 políticas. **Rubens (SEMARH)** respondeu a Maurício que com relação ao REDD
112 o desafio principal é estabelecer a linha de base do desmatamento no estado e
113 ressaltou que está sendo mais difícil quantificar o desmatamento legal do que o
114 ilegal. Disse que quando se trata de REDD se não tiver uma metodologia clara
115 e fácil de ser quantificada, não tem como dizer o que tem, e informou que o
116 Brasil acabou de lançar sua INDC que é sua intenção para levar para a COP
117 21, para dizer olha para o seguimento uso da terra, energia, resíduos sólidos,
118 energias renováveis o Brasil se compromete nos próximos 10 ou 20 anos a
119 estabelecer esse recorte e com base nisso é que o Estado irá poder sentar a
120 mesa para negociar com os detentores de passivo ambiental e definir quanto
121 vale um hectare de floresta dentro das UC, ressaltou que isso é negócio hoje e
122 os estados que tem suas estratégias de REDD estão mais avançados como é o
123 caso do Acre, que tem negociado com a KFW sessenta milhões de reais.
124 Ressaltou que o Acre se lançou no mercado a cerca de cinco anos, notou que
125 o Acre hoje se sustenta com o uso da floresta e a idéia é que o investimento
126 em crédito de REDD possa ser reinvestido para melhorar, por exemplo, a
127 nossa política de monitoramento, pois os Estados do Cerrado não conseguem
128 quantificar o desmatamento. Disse também que o próprio INPE admite que
129 para o Cerrado não se tem um método claro de quantificar o desmatamento. O
130 Professor **Erich (UFT)** comentou que para valorar os serviços ambientais e
131 para quantificar é preciso realizar as medições locais e perguntou que se para
132 o fundo verde vai ter recursos destinados à realização de pesquisa e
133 desenvolvimento e salientou que a Universidade está fazendo medição de
134 estoque de carbono no Parque Estadual do Cantão. Em seguida propôs que o
135 Fórum poderia propor recursos para desenvolvimento de pesquisa e inovação
136 relacionado a mudanças climáticas, para que a Universidade possa colaborar
137 de forma efetiva. Ressaltou ainda, que se não são realizados trabalhos
138 isolados e não se tem idéia do contexto global do Estado, salientou que no
139 Cerrado dá para trabalhar e fazer medições concretas por meio de uma rede
140 de instituições de pesquisa e estabelecer parcelas para medir estoque de
141 carbono. Finalizou dizendo que esse tipo de incentivo possibilita um resultado
142 global que vai impactar diretamente na questão do desmatamento. O
143 **Secretário Executivo** agradeceu a colocação do Professor Erich e ressaltou
144 que a proposta está sim sendo idealizada pelo Estado para o levantamento de
145 carbono e que está tendo dificuldade em traçar uma linha de base do
146 desmatamento, pois essa linha de base é que irá permitir quantificar os
147 estoques de carbono e que a Universidade é parceira fundamental para a
148 realização desse trabalho. **Rubens (COEMA)** respondeu ao Prof. Erich que
149 com relação ao acesso aos recursos do Fundo GCF foi definido na reunião os
150 critérios prévios, porém no dia 05/11/15 terá uma reunião do Conselho
151 Administrativo para chancelar os critérios que os Estados estão apresentando
152 para acessar o recurso. O **Secretário Executivo** apresentou em seguida os
153 principais pontos de envolvimento do Estado do Tocantins com o GCF: Oficina
154 em Sacramento – CA, Reunião do GCF Brasil, em Brasília, 10º Fórum dos
155 Governadores da Amazônia Legal – MT - participação na elaboração e
156 assinatura da Carta de Cuiabá, 11º Fórum dos Governadores da Amazônia
157 Legal – AM - assinatura da Carta de Manaus, reunião anual do GCF em

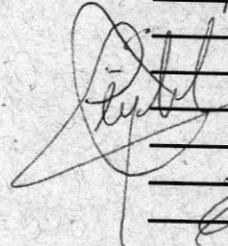
158 Barcelona - assinatura da Declaração de Rio Branco (Barcelona), Treinamento
159 em Palmas – TO, Under 2 MOU - apresentação para os diversos setores do
160 Estado, preparar o anexo do Tocantins até a COP 21, em Paris. A **Presidente**
161 destacou que a partir da reunião em Brasília foi reativado o Fórum de
162 Governadores da Amazônia Legal para discutir essa agenda que é
163 extremamente estratégica para esses estados, que são quem detém ativos
164 ambientais e que tem uma contribuição muito forte no equilíbrio do clima
165 mundial. Ressaltou que a principal discussão na reunião do Fórum foi o
166 mecanismo de REDD. O **Secretário Executivo** informou que o Governador do
167 Tocantins assinou a declaração de Rio Branco comprometendo o Estado a
168 combater as questões de mudanças climáticas. A **Presidente** ressaltou que a
169 declaração é um documento em que vários estados assinam se
170 comprometendo a reduzir para que até 2050 não tenha um acréscimo de 2º C.
171 Informou que foi o Governo do Acre que promoveu esse evento na Expo Milão
172 convidando os vários estados a pactuar e assinar o memorando, sendo o
173 Tocantins um dos assinantes e a partir de agora o Estado deve construir as
174 metas dentro dos diversos setores (transporte, energia, combate ao
175 desmatamento). Destacou que é fundamental que a construção dessas metas
176 sejam feitas pelo Fórum Estadual de Mudanças Climáticas. O **Secretário**
177 **Executivo** salientou que o Memorando de Entendimento –MOU é único e cada
178 estado prepara o seu anexo. E dando continuidade explicou que a COP 21 é
179 uma conferência a nível global, fruto da Eco92, da qual nasceu a Convenção
180 Quadro das Nações Unidas para mudança do clima. Ressaltou que na Eco92 a
181 conclusão que se chegou foi que o sistema climático é um recurso
182 compartilhado globalmente. Informou que se espera da COP 21 em Paris um
183 novo protocolo de Kyoto. Em seguida informou que a meta compartilhada dos
184 estados que assinaram o MOU é de reduzir as emissões dos GEE entre 80 a
185 95% abaixo dos níveis de 1990 até 2050 e/ou alcançar uma meta anual de
186 emissões CO2e per capita de menos do que 2 toneladas métricas até 2050.
187 Em seguida informou que o objetivo da reunião é solicitar a ajuda do FEMC
188 para a construção do anexo do Under 2 do Tocantins, identificando as áreas
189 prioritárias para redução dentro dos setores energia, indústria, transporte, uso
190 da terra, resíduos sólidos e outros e estabelecer as metas de redução.
191 Informou também que a idéia é fazer oficinas em quatro regionais (Gurupi,
192 Dianópolis, Araguaína e Palmas) e também por meio do Fórum e suas
193 Câmaras Técnicas (Mitigação e Adaptação de Mudanças Climáticas e de
194 Educação Ambiental, Pesquisa e Comunicação). **Rubens (Coema)** ressaltou
195 que a idéia é fazer nos municípios chaves, pois o tempo e os recursos são
196 escassos. Porém os membros podem indicar algum município que achar
197 importante. Disse também que espera a participação dos membros do fórum
198 nas discussões regionais. Informou que a Cop 21 acontece no final de
199 novembro e a idéia é que o Governador possa assinar o anexo ao memorando
200 nesse evento. Em seguida disse que gostaria de sair com as datas definidas e
201 também aqueles que podem participar das oficinas regionais. **Gorete Braga**
202 **(Semarh)** sugeriu incluir um município da região do bico do papagaio, pois os
203 problemas de Araguaína são diferentes daquela região. **Neto (ITPAC)**
204 candidatou-se a participar da Câmara de Educação Ambiental, Pesquisa e
205 Comunicação e também das oficinas regionais. **Maurício (Naturatins)**
206 candidatou-se à Câmara de Mitigação e Adaptação de Mudanças Climáticas.
207 **Rose (SEDUC)** candidatou-se à Câmara de Educação Ambiental, Pesquisa e
208 Comunicação. **Erich (UFT)** e **Denise (Seagro)** candidataram-se à Câmara de
209 Mitigação e Adaptação de Mudanças Climáticas. **Chryss (FACTO)** candidatou-
210 se à Câmara de Educação Ambiental, Pesquisa e Comunicação. Após a

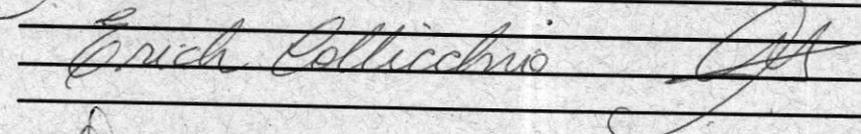
211 eleição dos membros o Secretário Executivo solicitou a contribuição dos
212 membros para construção do anexo. Em seguida apresentou proposta de
213 calendário para as oficinas regionais, sendo: Gurupi 14/10, Dianópolis 15/10,
214 Araguaína 20/10 e Palmas 27/10. **Rose (SEDUC)** perguntou se tem local para
215 realização das oficinas e informou que as Diretorias Regionais poderiam dar
216 suporte. O **Secretário Executivo** agradeceu à representante da Seduc a
217 disponibilidade em ajudar e informou que ainda não tem local definido. **Rose**
218 **(SEDUC)** perguntou quem irá custear o deslocamento dos técnicos. **Rubens**
219 **(COEMA)** respondeu que cada órgão assumirá os custos dos seus técnicos e a
220 Semarh irá disponibilizar o transporte. **Rose (SEDUC)** sugeriu encaminhar
221 ofício aos dirigentes dos órgãos informando da demanda, e salientou que como
222 técnicos não tem autonomia para decidir. **Stanio (AGETEC)** solicitou a inclusão
223 do município da região do bico do papagaio conforme solicitado pela colega da
224 Semarh, em virtude das especificidades da região. Sugeriu também formar um
225 grupo no "whatsapp" para tratar somente da temática. Após as discussões foi
226 inserido o município de Araguatins. **Maurício (Naturatins)** disse que gostaria
227 de entender como será a sistemática, ressaltou que se é uma amostragem
228 talvez não seja necessário incluir mais um município. **Rubens (COEMA)**
229 respondeu que a contribuição não é amostral, a ideia é absorver contribuições
230 de qualidade, e que para isso é preciso que todos leiam o material
231 antecipadamente, referente a cada setor (transporte, energia, uso da terra e
232 outros). Disse também que a Semarh fará uma apresentação dos objetivos da
233 oficina e utilizada a metodologia de dinâmicas por meio de fichas para colher
234 as contribuições e ao final é feito um balanço das contribuições por setor e
235 após a consolidação de todas as regionais será apresentado à plenária desse
236 Fórum. Em seguida perguntou se alguém é capacitado nesse tipo de dinâmica
237 ou indicar alguém que conhece a metodologia. Ressaltou que seria bom que
238 não fosse alguém da Secretaria para não ser tendencioso. **Chryss (FACTO)**
239 sugeriu Juliana da Unitins. **Maria do Carmo (SEFAZ)** questionou se seria
240 interessante convidar os delegados regionais da Sefaz para participar das
241 reuniões. **Rubens (COEMA)** comentou que em sua opinião a Sefaz é um dos
242 principais órgãos nessa discussão, pois teremos que valorar quanto vale o
243 hectare de floresta em pé, ou seja, o mercado financeiro envolvido na
244 valoração dos ativos ambientais. **Prof. Erich (UFT)** disse que gostaria de
245 declinar da vaga da Câmara ao qual se candidatou em virtude de agenda de
246 trabalho da UFT. **Márcio (SEFAZ)** disse que como é visto que a Sefaz é parte
247 integrante desse processo, salientou que tem pouco conhecimento a respeito
248 do tema e perguntou se existe algum sistema no âmbito do estado para
249 controle e que envolva a Sefaz. Ressaltou que a Sefaz está passando por um
250 processo de modernização em que está sendo investido quarenta e cinco
251 milhões de dólares para modernizar o sistema tributário e financeiro e se existe
252 uma previsão de um sistema que seja conversado com a Sefaz. A **Presidente**
253 informou que previsão tem, mas o Estado ainda precisa definir qual será o
254 modelo, para que possa integrar tudo que foi discutido hoje. **Prof. Erich (UFT)**
255 disse que em virtude da importância da participação da Universidade nas
256 discussões irá consultar o Prof. Girlene e que permanece. **Maurício**
257 **(Naturatins)** disse que terá que declinar em participar especialmente devido à
258 inclusão de Araguatins, porque tem muita demanda no órgão. A **Presidente**
259 salientou a importância da participação do Naturatins. **Rubens (COEMA)**
260 alertou que quem participa das Câmaras não necessariamente participa das
261 oficinas e vice-versa. **Maurício (Naturatins)** concordou em permanecer.
262 **Stânio (Agetec)** questionou se tem algum modelo para que os membros do
263 fórum possam contribuir com o memorando de entendimento. O **Secretário**

264 **Executivo** informou que sim, em seguida projetou o modelo e o site do Under
265 2. A técnica da Seagro Denise pediu a palavra e convidou os membros do
266 fórum para participar do 1º Encontro para discussão e análise das tendências
267 agroclimatológica regional e estadual. Salientou que com isso a Secretaria
268 estará provendo aos produtores informações metereológicas e
269 agrometereológicas para auxiliá-los na tomada de decisão agrícola, para
270 minimizar possíveis prejuízos decorrentes dos efeitos do clima. Informou que o
271 evento será em 07/10/15, às 8 horas, no auditório da Seagro. A **Presidente**
272 informou que em virtude da realização das oficinas será necessário adiar a
273 reunião do fórum do dia 11/11. Após as discussões ficou acordado para o dia
274 18/11/15. E dando prosseguimento a Presidente informou que tem muito
275 trabalho, mas que a construção dessa agenda com a participação dessas
276 entidades que compõe o fórum é o que queremos e disse que inclusive é a
277 vontade do governador que o documento seja construído de forma democrática
278 e participativa e ressaltou que conta com a colaboração de todos. Em seguida
279 perguntou se havia mais alguma manifestação; não havendo, agradeceu a
280 todos os participantes e encerrou a reunião. A ata será lida e aprovada pelos
281 membros.

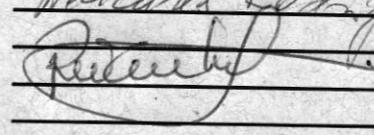

Presidente - FEMC


Secretário Executivo - FEMC


Peterson


Erick


Marcos


Roberto